



TELEVISÃO

Lula assina decreto da TV 3.0; novo sistema deve começar em 2026

BRASIL | 6

NOVAS OPORTUNIDADES

VILELA ASSINA CONVÊNIO COM GOVERNO DE GOIÁS PARA AMPLIAR EMPREGABILIDADE EM APARECIDA

Rodrigo Estrela



Parceria integra a Plataforma Mais Emprego e o aplicativo “Minha Vaga”, dentro da programação do Feirão de Empregos que oferece 10 mil vagas

CIDADES | 5

DESENVOLVIMENTO

DANIEL VILELA CONFIRMA CONTRATAÇÃO DA DUPLICAÇÃO DA GO-010 ATÉ SETEMBRO



Jota Euripedes

GOVERNO | 2

HABITAÇÃO

CAIADO CELEBRA 4 MIL CASAS A CUSTO ZERO ENTREGUES EM GOIÁS



Rômulo Carvalho

GOVERNO | 3

DESENVOLVIMENTO

Daniel Vilela confirma contratação da duplicação da GO-010 até setembro

Em visita a Silvânia, além de reforçar novos investimentos na região da Estrada de Ferro, o vice-governador declarou que obras estratégicas fortalecem o desenvolvimento econômico e turístico do Estado

A duplicação da GO-010, entre Goiânia e Vianópolis, já anunciada pelo Governo de Goiás, ganhou data para contratação. O vice-governador Daniel Vilela afirmou nesta terça-feira (26/8), durante o lançamento da 38ª Exposição Agropecuária de Silvânia e da 3ª edição da AgroSudeste, que o contrato para o projeto da obra será assinado até setembro deste ano. A previsão de entrega é 2026.

Segundo Daniel Vilela, a duplicação é prioridade para o Estado e terá impacto direto no desenvolvimento da região da Estrada de Ferro, tanto na logística da produção quanto na segurança viária. “Estamos avançando na fase de

contratação e queremos iniciar as obras o quanto antes, porque sabemos da importância dessa rodovia para a competitividade da região”, afirmou.

Além da GO-010, também será contratada a pavimentação da GO-139, que ligará Silvânia ao Lago Corumbá. O vice-governador destacou que o processo para contratação da obra deve avançar já em 2025, ampliando o acesso turístico e produtivo. “A GO-139 será uma artéria importante não apenas para o escoamento, mas também para atrair visitantes e fortalecer o turismo local”, reforçou.

Chapada das Covas

Na mesma agenda, Daniel Vilela se reuniu com

produtores rurais da região, ao lado do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner. Um dos principais temas foi a pavimentação da Chapada das Covas, trecho de 54,8 quilômetros entre Gameleira de Goiás e Samambaia, no Distrito Federal. A obra é considerada estratégica por integrar a região ao Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia).

O vice-governador ressaltou que a rodovia vai “cortar caminho” entre grandes indústrias do Daia e o entorno sul de Brasília, passando por Luziânia. “Estamos trabalhando para incluir a pavimentação na carteira de projetos a serem executados em breve”, antecipou.



Vice-governador Daniel Vilela participou do lançamento da 3ª AgroSudeste, em Silvânia, e garantiu investimentos do Governo de Goiás para a região da Estrada de Ferro

HABITAÇÃO

Governo abre inscrições para o Aluguel Social

Inscrições seguem até 26 de setembro para 215 vagas em Aparecida do Rio Doce, Campo Alegre de Goiás, São Luiz do Norte e Turvânia

O Governo de Goiás, por meio do Goiás Social e da Agência Goiana de Habitação (Agehab), abre inscrições para o Pra Ter Onde Morar – Aluguel Social em quatro municípios do estado. Estão disponíveis 50 vagas para Aparecida do Rio Doce, 40 para Campo Alegre de Goiás, 50 para São Luiz do Norte e 75 para Turvânia. As inscri-

ções podem ser realizadas até o dia 26 de setembro de 2025, de forma gratuita e totalmente online, pelo site da Agehab.

A coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado, reforça o compromisso do Governo de Goiás com a proteção das famílias mais vulneráveis. “Nosso objetivo é garantir digni-



Agehab abre inscrições para o Aluguel Social em Aparecida do Rio Doce, Campo Alegre de Goiás, São Luiz do Norte e Turvânia

dade àquelas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade habitacional. O Aluguel Social representa uma chance

de recomeço para milhares de goianos que não têm onde morar ou vivem em condições precárias”, destaca.

Para o presidente da Agehab, Alexandre Baldy, o programa é um marco na política habitacional do Estado. “Temos trabalhado intensamente para levar o benefício a todos os cantos de Goiás. O Aluguel Social é um apoio financeiro direto que permite às famílias morarem com mais segurança e dignidade enquanto aguardam outras soluções habitacionais”, afirma.

O secretário de Estado da Infraestrutura, Adib Elias, também destaca o impacto social do programa. “O Governo de Goiás tem investido em habi-

tação como nunca antes. O Aluguel Social é um braço importante desse esforço, porque atende de forma rápida quem mais precisa, enquanto outras frentes, como construção de casas e regularização fundiária, avançam pelo Estado”, salienta.

O que é

O Aluguel Social é um programa do Governo de Goiás, gerenciado pela Agehab, que oferece uma ajuda financeira de R\$ 350 mensais por até 18 meses para famílias que enfrentam dificuldades para pagar aluguel.

HABITAÇÃO

Ronaldo Caiado celebra 4 mil casas a custo zero entregues no estado

Marca foi batida ao entregar mais 30 moradias durante a transferência simbólica da capital para Santa Cruz de Goiás. 162 municípios goianos já receberam casas totalmente gratuitas

Na celebração dos 296 anos de Santa Cruz de Goiás, que incluiu a transferência simbólica da capital para o município, o governador Ronaldo Caiado entregou, nesta quarta-feira (27/8), 30 casas a famílias em situação de vulnerabilidade social. Entre as unidades está a de número 4 mil do programa Pra Ter Onde Morar – Construção, desenvolvido pelo Goiás Social em parceria com a Agência Goiana de Habitação (Agehab). “Goiás hoje é um estado que, cada vez mais, cuida das pessoas”, ressaltou ele durante o evento. Com a entrega desta quarta-feira, o Governo de Goiás atingiu a marca de 4.001 casas a custo zero entregues em 162 municípios do estado.

O Estado investiu R\$ 3,8 milhões para construção das moradias que foram erguidas no Resi-

dencial Iêdo Ranulfo Lobo, em terreno doado pela prefeitura. “É casa padrão, com grama esmeralda, cerâmica no piso, laje, tudo arrumado. Entregamos as chaves já com documentos. Em qualquer lugar, uma casa dessa custa mais de R\$ 250 mil, preço de mercado. E hoje tivemos a oportunidade de entregar sem custo”, disse Caiado.

O vice-governador Daniel Vilela destacou o caráter social da iniciativa e disse que a entrega das casas é a custo zero, sem nenhum tipo de financiamento ou carnê para pagamento. “Quando estiverem virando a chave para entrar na casa não será só um ato físico, mas uma virada na vida. Que ela seja melhor, mais digna, com mais segurança. Que tenham o conforto para criar os filhos, netos, receber os familiares e ter uma perspectiva de vida muito me-



Caiado entregou casas e realizou a transferência simbólica da capital para Santa Cruz: “Goiás hoje é um estado que, cada vez mais, cuida das pessoas”

lhor”, declarou.

O prefeito de Santa Cruz de Goiás, Ângelo Natal da Paz, agradeceu a parceria com o Governo de Goiás e reforçou a importância da ação ao comentar a tranquilidade que a política habitacional traz para as pessoas. “Caiado está entregando casas boas, com qualidade. [As famílias] passam para dentro e sabem que a casa é delas, vão zelar”, disse.

A contemplada com a unidade de número 4 mil foi Cristiane Soares, mãe

de sete filhos. Ela relatou a mudança que o benefício representa em sua vida. “Não tenho nem palavras para agradecer. Eu moro na fazenda, em uma casa cedida. E é difícil vir para a cidade. Fico dependendo de carona dos outros. Agora vai mudar minha vida. Estou muito feliz”, afirmou.

Transferência da capital

Distante 124 quilômetros de Goiânia, Santa Cruz de Goiás recebeu o

título de capital simbólica do Estado pela sétima vez. Realizada na Praça da Matriz, a cerimônia reuniu representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de órgãos independentes. A transferência é um ato de reconhecimento à história da cidade, que foi a capital goiana entre os anos de 1839 e 1870.

O governador Ronaldo Caiado comentou que, a cada ano, o ato solene é realizado de forma mais participativa

e com entregas para a população – a exemplo das chaves das 30 moradias. “As pessoas sentem mais obras chegando, mais qualidade de vida. E esse é um momento emblemático para preservarmos a cultura e a memória daqueles que iniciaram a colonização no Estado”, lembrou. O chefe do Executivo sublinhou que Goiás hoje é “referência em qualidade de vida, renda per capita, educação, segurança e programas sociais”, concluiu.

ECONOMIA

Goiás registra recorde histórico no número de empresas do setor de serviços em 2023

As mais de 509 mil empresas ativas equivalem ao maior patamar desde o início da série histórica, em 2007

O setor de serviços não financeiros em Goiás registrou, em 2023, o maior número de empresas desde o início da série histórica da Pesquisa Anual de Serviços (PAS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao todo, foram contabi-



lizadas 59.985 empresas ativas no Estado, um crescimento de 4,4% em relação a 2022, quando havia 57.463 empresas.

Desde 2007, Goiás vem apresentando um crescimento contínuo no número de empresas do setor, quase triplicando em

16 anos. O principal responsável por esse avanço em 2023 foi o segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares, que cresceu 10,6%, passando de 23,2 mil unidades em 2022 para 25,6 mil em 2023.

Outro destaque foi o grupo de outras atividades de serviços, com aumento de 19,4%, saltando de 2,7 mil para 3,2 mil empresas. Juntos, esses dois segmentos representam 48,1% do total de empresas ativas no Estado. Já os serviços de informação e comunicação também apresentaram

desempenho expressivo, com crescimento de 17,6%, subindo de 3.869 para 4.551 unidades.

“Estamos focados em criar condições favoráveis para que o setor continue crescendo. Goiás tem um potencial enorme, e seguimos trabalhando para gerar mais oportunidades, empregos e renda para nossa população”, destaca o titular da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), Joel Sant’Anna Braga Filho.

Como reflexo desse desempenho, Goiás detém atualmente o oitavo

maior número de empresas prestadoras de serviços não financeiros do país e lidera na região Centro-Oeste. O Estado ocupa ainda a décima posição nacional em pessoal ocupado, com participação de 2,8% do total brasileiro, e responde por 34,3% dos trabalhadores do setor na região.

Em relação à receita bruta, Goiás manteve, em 2023, a mesma fatia de 2,2% do total nacional registrada no ano anterior. Já no recorte regional, o Estado foi responsável por 27,5% da receita bruta do setor no Centro-Oeste.

Divulgação/SIC

Rômulo Carvalho

ALEGO

Casa autoriza normas para cadeia produtiva de minerais estratégicos

Venceu a última etapa de votação plenária a medida do Governo que institui a Autoridade Estadual de Minerais Críticos de Goiás e cria fundo para o desenvolvimento do setor

Com reunião ordinária e duas reuniões extraordinárias na tarde desta quarta-feira, 27, o Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) deu a validação final para a iniciativa do Poder Executivo que regulamenta o setor da mineração e a projetos de lei assinados pelos próprios deputados.

A proposição de nº 20668/25 busca instituir a Autoridade Estadual de Minerais Críticos do Estado de Goiás (Amic-GO), alterar a Lei nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, que estabelece a organização administrativa básica do Poder Executivo, e criar o Fundo Estadual de Desenvolvimento dos Minerais Críticos (FEDMC).

O governador Ronaldo Caiado (UB) aponta, na justificativa, que o objetivo maior é fomentar o desenvolvimento econômico, tecnológico e social goiano com a gestão estratégica e integrada das atividades ligadas à cadeia produtiva dos minerais críticos, especialmente as terras raras. Isso envolveria “in-

ternalizar etapas de maior valor agregado, fortalecer a competitividade industrial, criar empregos qualificados, estimular a formação de capital humano e atrair investimentos de alto impacto”. Pouco antes, o projeto de lei havia sido discutido pela Comissão Mista.

Em Plenário, Bia de Lima (PT) se declarou favorável à matéria, dizendo ser crucial que Goiás detenha tecnologias vinculadas a essa exploração e receba royalties e outros dividendos relacionados a ela, mas ponderou que “a busca profunda desses minérios raros requer um cuidado muito grande com os resíduos, para que não se contamine o lençol freático”.

Clécio Alves (Republicanos) expressou sua preocupação com a constitucionalidade do tema, uma vez que legislar sobre recursos minerais é competência privativa da União, mas afirmou que a medida é positiva para o Estado de Goiás.

Wagner Camargo Neto (Solidariedade) também defendeu a proposta. “Te-



Maykon Cardoso

mos o privilégio de ter essa matéria-prima, e o país, com certeza, tem sua responsabilidade no uso do subsolo, na extração e comercialização, no caso da União”, pontuou. “No entanto, as terras raras estão localizadas no estado e a criação do conselho irá debater e buscar alternativas para extrair esse minério da melhor maneira possível”.

A Amic-GO, de acordo com o texto da proposição, atuará como instância única de articulação, deliberação e interlocução do Poder Executivo goiano em todos os assuntos relacionados aos minerais críticos, centralizando, em um único núcleo estratégico, as ações públicas e parcerias privadas, para assegurar que “qualquer demanda interna ou externa encontre resposta integrada e célere, à semelhança de modelos adotados internacionalmente

para o desenvolvimento estratégico do setor”.

O Fundo Estadual de Desenvolvimento dos Minerais Críticos (FEDMC) é inspirado na experiência de Minas Gerais, que instituiu o Fundo de Investimento em Participações Mineral (FIP Mineral) para fomentar o desenvolvimento econômico e elevar o grau de competitividade, inovação e sustentabilidade da mineração.

Outro dos textos do Executivo validados em segunda votação foi o que prevê a abertura de crédito especial de R\$ 1,16 milhão ao Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra), para custeio de despesas operacionais e administrativas do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), em trâmite na Alego com o nº 19372/25.

Mais especificamente, objetiva-se executar obras e serviços de infraestrutura

voltados ao escoamento da produção agropecuária para melhorar a malha viária e a estrutura de transporte rural em diversas regiões do Estado, envolvendo oito trechos rodoviários.

Outra proposição a receber o carimbo final foi a que promove alterações na legislação da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) buscando melhorias na gestão de recursos humanos e atualização do regime jurídico de servidores (nº 20028/25).

Entre os projetos de autoria parlamentar, recebeu a anuência definitiva o do líder do Governo Estadual no Parlamento, Talles Barreto (UB), que altera o Programa Pra Ter Onde Morar e autoriza abertura de crédito especial à Agência Goiana de Habitação (Agehab). O objetivo declarado é aprimorar a norma e expandir o alcance do programa, que

concede um auxílio-aluguel mensal de R\$ 350, por até 18 meses, a famílias em vulnerabilidade.

Outra aprovação definitiva foi dada à matéria de Lineu Olímpio (MDB) que declara patrimônio cultural imaterial goiano os Embaixadores do Rei e as Mensageiras do Rei, organização missionária cristã vinculada à Igreja Batista e voltada a meninos e jovens (nº 27347/24).

Igualmente parlamentar, mas acolhida em primeira votação, foi a matéria de nº 20886/25, assinada por Amauri Ribeiro (UB), que reconhece o javali Sus scrofa e seus híbridos como espécie exótica invasora no Estado de Goiás, além de “instituir normas para o controle populacional e o manejo sustentável da espécie em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento”.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Revogação da taxa do lixo é aprovada na CCJ

Projeto, de autoria de Lucas Vergílio (MDB), voltou a tramitar por decisão do Plenário

Projeto que revoga integralmente a Lei nº 11.304, de 20 de dezembro de 2024, que instituiu a Taxa da Limpeza Pública (TLP), em Goiânia, foi aprovado na reunião desta quarta-feira (27) da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). A proposta, que não estava na pauta original da CCJ, foi apreciada a partir de um pedido de inclusão e inversão e recebeu apenas

um voto contrário, da vereadora Doutora Rose Cruvinel (União Brasil).

De autoria do vereador Lucas Vergílio (MDB), o projeto havia sido arquivado anteriormente pela Comissão, mas voltou a tramitar após recurso do autor ao Plenário. O vereador contestou o argumento de renúncia de receita, que motivou o arquivamento. “A Taxa de Limpeza Pública (TLP), instituída pela Lei nº 11.304/2024,



teve sua primeira cobrança efetivada somente no mês de julho de 2025, não

havendo histórico consolidado de arrecadação nem vinculação orçamentária

específica para sua aplicação”, ressaltou Vergílio.

De acordo com o parla-

mentar, a arrecadação com a TLP também não está prevista no Orçamento de 2025. “A ausência de previsão expressa nos anexos da LOA confirma que não há expectativa legítima de receita que possa ser renunciada, uma vez que a referida taxa sequer compõe as fontes previstas para a cobertura de despesas correntes”, diz trecho que relatório apresentado à CCJ. A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a renúncia de receitas.

Com a decisão da Comissão, o projeto será encaminhado para duas votações em Plenário.

NOVAS OPORTUNIDADES

Vilela assina convênio com Governo de Goiás para ampliar empregabilidade em Aparecida

Parceria integra a Plataforma Mais Emprego e o aplicativo “Minha Vaga”, dentro da programação do Feirão de Empregos que oferece 10 mil vagas

O prefeito Leandro Vilela assinou, nesta quarta-feira (27/08), termo de cooperação com o Governo de Goiás para ampliar as políticas públicas de empregabilidade em Aparecida de Goiânia. A iniciativa integra a Plataforma Mais Emprego e o aplicativo “Minha Vaga”, ferramenta gratuita que conecta trabalhadores e empresas, desburocratizando processos e acelerando contratações.

A cerimônia contou com a presença do secretário de Estado da Retomada, César Moura, do vice-prefeito João Campos, do ex-prefeito Gustavo Mendanha, do deputado estadual Veter Martins, do presidente da Câmara, vereador Gilsão Meu Povo, além de vereadores e secretários municipais. O ato ocorreu dentro da programação do Feirão de Empregos de Aparecida, realizado na Praça da Juventude, no Setor Garavelo, que reúne 24 empresas oferecendo 10

mil vagas. Apenas no primeiro dia, 146 pessoas já conseguiram colocação no mercado de trabalho.

“Essa é uma grande parceria que vai gerar resultados positivos para a nossa cidade e para a população, em especial para o trabalhador que busca com colocação no mercado. Agradeço ao governador Ronaldo Caiado, ao vice-governador Daniel Vilela e à primeira-dama Gracinha Caiado, que têm sido grandes parceiros de Aparecida. Ontem, no primeiro dia do Feirão, 146 pessoas já saíram empregadas, e isso nos dá ainda mais alegria e esperança. Esse convênio mostra que, quando somamos forças com o Governo de Goiás, conseguimos servir de verdade à população, garantindo renda, qualidade de vida e desenvolvimento para nossa cidade”, afirmou o prefeito Leandro Vilela.

O secretário de Estado da Retomada, César Moura, ressaltou que a tecnologia



Rodrigo Estrela

é aliada nesse processo. “O Minha Vaga é gratuito e acessível a qualquer cidadão pelo celular. Ele permite que o trabalhador busque oportunidades por profissão, salário e localização, e também que as empresas divulguem suas vagas com facilidade. Essa modernização desburocratiza a contratação e aproxima quem precisa trabalhar de quem precisa contratar. Só aqui em Aparecida já são 10 mil vagas disponíveis”, afirmou.

Presente no evento, o vice-prefeito João Campos reforçou a importância da união entre Estado e mu-

nicipio. “Emprego significa dignidade, e aqui nós estamos vendo governo estadual, prefeitura, Câmara e sociedade civil unidos em um só objetivo: gerar oportunidades. Nosso papel é abrir portas e apoiar o cidadão aparecidense para que ele possa conquistar o seu espaço no mercado de trabalho”, destacou.

A secretária municipal do Trabalho, Wilma Almeida, enfatizou o impacto social do convênio. “Hoje não estamos apenas assinando um convênio de emprego. Estamos reafirmando um compromisso com a esperança,

a dignidade e o futuro de milhares de famílias. Aparecida tem um polo empresarial forte e acolhedor, e essa integração com o Governo do Estado amplia ainda mais as oportunidades para o nosso povo, pois já temos o SIME que oferta milhares de vagas por semana e com o aplicativo do estado, o trabalhador terá novas chances de entrar ou se realocar no mercado”, frisou.

Entre os beneficiados, estava a moradora do Papillon Park, Solange Coutinho, de 30 anos, que foi ao Feirão nesta quarta em

busca de recolocação após seis meses fora do mercado. Com experiência como secretária e recepcionista, ela aprovou o aplicativo Minha Vaga. “Fiquei muito animada porque aqui a gente encontra várias empresas em um só lugar. Entreguei meu currículo, já fiz uma entrevista e acredito que logo estarei de volta ao mercado de trabalho. Também gostei muito do aplicativo Minha Vaga, que facilita ainda mais para quem está procurando emprego. Esse tipo de ação dá esperança para quem precisa de uma chance como eu”, afirmou.

MEIO AMBIENTE

Mabel lança 1º Fórum Goianiense de Mudanças Climáticas

Colegiado será coordenado pela Amma e contará com câmaras técnicas permanentes voltadas para mitigação, adaptação, políticas públicas, monitoramento e controle

O prefeito Sandro Mabel lançou, nesta quarta-feira (27/8), o 1º Fórum Goianiense de Mudanças Climáticas (GynClima), iniciativa criada pela Lei nº 11.381, de 23 de abril de 2025, com o objetivo de promover a mitigação dos impactos ambientais e desenvolver estratégias de enfrentamento às consequências socioambientais e econômicas da crise climática. O fórum será coordenado pela Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma) e contará com câmaras técnicas permanentes voltadas para mitigação, adaptação,

políticas públicas e monitoramento e controle.

Mabel destacou o empenho do poder público em colaborar com as atividades do Fórum. “Contem com meu compromisso e disposição pessoal em auxiliar o trabalho em prol de uma cidade saudável, bonita e cada vez melhor para os goianienses”, disse o prefeito, ao esclarecer que o veto ao projeto, de autoria da presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara e autora do projeto, a vereadora Kátia Maria, não ocorreu



Alex Malheiros

em sua gestão.

“É um momento histórico para nossa cidade e marca o compromisso de Goiânia em enfrentar o maior desafio da atualidade, a crise climática. O fórum traz em sua essência a ideia da união de esforços entre governo, sociedade civil, academia, setor produtivo e instituições par-

ceiras para pensar e agir juntos em favor de um futuro mais sustentável. Por meio do fórum, nós vamos transformar ideias em ações”, afirmou a presidente da Amma, Zilma Peixoto.

Espaço de debates

O gerente de Combate às Mudanças Climáticas da Amma, Gabriel Tenaglia,

explicou que 23 entidades do serviço público e da sociedade civil integram o novo espaço de debates. “O gabinete de crise já vem nessa esteira do fórum, e, pela primeira vez depois de vários anos, no momento de chuva, a gente não teve nenhum goianiense que perdeu sua vida nos alagamentos. Agora, também, o fórum vai ser essencial porque a gente vai fazer uma discussão sobre a justiça climática, pois sabemos que a população mais carente é a que mais sofre dentro desse processo”, destacou.

Entre as atribuições do GynClima, estão o apoio a pesquisas, a realização de ações educativas, o estímulo ao uso de tecnologias sustentáveis e a proposição de medidas que

conciliem desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Durante a cerimônia, foi realizado o ato simbólico de nomeação oficial dos membros.

O colegiado é formado por representantes de secretarias municipais, da Defesa Civil, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Federal de Goiás (IFG), Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), CMTC, Redemob, Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, Saneago, Câmara Municipal de Goiânia e OAB – Seção Goiás.

TELEVISÃO DO FUTURO

Lula assina decreto da TV 3.0; novo sistema deve começar em 2026

Modelo vai mudar a forma como o brasileiro assiste TV

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta quarta-feira (27), em cerimônia no Palácio do Planalto, o decreto de implementação da TV 3.0, considerada a nova geração da tecnologia de televisão aberta e gratuita brasileira. O evento contou com a presença e o apoio de representantes das principais emissoras de televisão aberta do país.

Em breve discurso, o presidente disse que esta é uma demanda importante de sua equipe de comunicação. O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, afirmou que a TV 3.0 é também uma questão de soberania nacional - o Brasil será o primeiro país das Américas a implantar a nova tecnologia.

“Esse decreto representa o que vai ser a nossa



José Cruz/Agência Brasil

mação, a cultura e a ética”, afirmou.

“O maior beneficiado disso é a sociedade brasileira, que ganhará uma experiência de muito mais qualidade, enquanto continua a ter acesso amplo e gratuito a conteúdos que informam, educam e emocionam”, complementou.

Televisão do futuro

Considerada “a televisão do futuro”, a TV 3.0 vai integrar os serviços de internet (broadband) à habitual transmissão de sons e imagens (broadcast), possibilitando o uso de aplicativos que permitirão aos telespectadores interagir com parte da programação e até mesmo fazer compras diretamente de seu televisor, abrindo novas possibilidades de geração de receitas às emissoras.

Os novos aparelhos da TV 3.0 deverão vir de fábrica com a primeira tela apresentando um catálogo de canais de televisão abertos, o que não vem ocorrendo na interface atual das SmartTVs. Esse modelos que se conectam com a internet dão

visão de futuro sobre a agenda digital e tecnológica, com abertura, cooperação e soberania. Aliás, a soberania hoje é um grande tema que une todo o país. Não só a soberania, mas soberania digital. Tudo tem a ver com a TV digital que está sendo implementada agora”, disse o ministro.

A expectativa do governo, segundo ele, é de que a TV 3.0 entre no ar em junho de 2026, a tempo da próxima Copa do Mundo. Os representantes de associações e entidades que representam o setor, destacaram em seus discursos que o atual modelo

em vigor, o da TV Digital, também foi implantado pelo presidente Lula, no seu segundo governo. O presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), André Basbaum, participou da cerimônia, representando a TV Brasil e o campo público neste novo modelo.

“Com o decreto, o presidente Lula garante a visibilidade da TV Brasil e de todo sistema público de comunicação dentro da nova TV digital 3.0. Também estará disponível para toda a sociedade o Canal Gov com informações sobre serviços públicos para

todos os cidadãos”, afirmou o presidente da EBC.

O executivo Raymundo Barros, diretor de Estratégia de Tecnologia da Globo e presidente do Fórum do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), destacou que a TV aberta completa 75 anos em 2025 e, agora, entra em definitivo na economia digital, reforçando o seu papel como “motor de transformação social”.

“A TV 3.0 representa mais do que uma evolução tecnológica. Ela simboliza a renovação de um compromisso histórico da radiodifusão com a infor-

prioridade aos aplicativos de serviços de mídia sob demanda (OTT, na sigla em inglês). Com isso, os canais abertos acabam sem visibilidade, como destacou o ministro.

Uma das principais inovações da TV 3.0 é justamente sua interface baseada em aplicativos, em que as emissoras terão condições técnicas de passar a oferecer, além do sinal aberto já transmitido em tempo real, conteúdos adicionais sob demanda, como séries, jogos, programas e outras possibilidades.

A migração deverá ser gradativa, começando pelas grandes cidades, como foi com a TV digital.

Padrão técnico

No ano passado, os membros do conselho deliberativo do Fórum do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), entidade responsável pela nova geração, recomendaram ao governo federal a adoção do sistema ATSC 3.0 (do inglês, Comitê de Sistema Avançado de Televisão) como padrão técnico para a evolução tecnológica da TV digital.

diariocentral

@jornaldiariocentral

Conheça nosso site

www.diariocentral.com.br